



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

MG, 5 DE JUNHO DE 1994

Senhor Governador do Estado de Minas Gerais, Doutor Eduardo Azeredo; Embaixador Vasco, que é o representante da OEA; Senhor Vice-Governador Walfrido dos Mares Guia; Senhor Ministro Gustavo Krause; Senhor Presidente da Assembléia, Doutor Patrus; Senhor Desembargador, Presidente do Tribunal, Doutor Monteiro de Barros; Senhor Deputado Luis Carlos Santos, Líder do Governo; Senhores Senadores aqui presentes; Senhores Deputados aqui presentes; Senhores Prefeitos, Prefeitos Municipais dessa encantadora região; Senhor Henrique Hargreaves, Presidente da Empresa de Correios e Telégrafos; Doutor Raul Jungmann, Presidente do IBAMA; Senhoras e Senhores que me acompanham esta manhã aqui, a Minas Gerais.

É com muita espontaneidade que nós todos estamos aqui, hoje, em Minas. Digo “espontaneidade” porque o Ministro Krause já deu o significado da nossa presença aqui. Ele disse que era simbólico. É verdade. Mas nós viemos aqui para aprender também. Para aprender com Minas, para aprender com o rio São Francisco, para aprender com este encontro dos vários estados – aqui presentes representantes da Bahia –, para aprender que dois filetes d’água, pequeninhos, se juntam quase

imperceptivelmente, e a gente fica olhando e pergunta de onde é que vem tanta água. Mas não é tanta; é pouca, no começo. Logo ali, adiante, uma ponte singela – a primeira ponte do rio São Francisco – permite ver já como vão se adensando.

E, antes de chegar aqui, sobrevoando de helicóptero essa extraordinária cachoeira, você vê que essa água tão cristalina, tão pura, se precipita rocha abaixo e lá, num rio cheio de pedras, começa a formar alguma coisa que vai desembocar a dois mil e tantos quilômetros daqui, entre a Bahia e Alagoas, passando por Sergipe, passando por tantos outros estados, mas, sobretudo, percorrendo Minas e formando um rio que foi chamado, em algum momento, o Rio da Unidade Nacional.

E, logo ali adiante – não sei para que lado –, nós vamos ver a formação do rio Grande, que vai desembocar lá no Paraná, e depois vai descendo até o rio da Prata. Então, aqui nós temos, na serra da Canastra, uma vertente que para um lado vai formar a Bacia do Prata e, para o outro, a do São Francisco. E tudo isso sai de Minas. E, ao sobrevoar, eu vi aquela terra e perguntei ao Governador do que se tratava. Eram terras que estavam sendo exploradas pelos seus minérios.

Então, essa mesma Minas Gerais, das minas, fornece a água que vai permitir, talvez, se nós tivermos o cuidado necessário, recompor aquilo que a exploração poderá ter destruído na sua faina quotidiana de criar riqueza.

E já disse com muita felicidade o Ministro Krause: “A mesma força que cria essa riqueza, se não for cuidada, é força de destruição.” E nós estamos hoje aqui para dizer ao Brasil que, para nós, brasileiros, meio ambiente e desenvolvimento são a mesma coisa. Nós não podemos mais separar, de um lado, os que cuidam do meio ambiente e, de outro, os que cuidam do desenvolvimento; uns que exploram as minas e outros que ficam dizendo: “Meu Deus, não desgastem esta terra que é santa.” Não. Nós temos que juntar tudo isso. Temos que ter o meio ambiente como uma coisa que é central a cada ato do Governo. A cada ato de investimento que se faça, nós temos que pensar: “E qual é a consequência dele? Como eu recupero eventuais desgastes provocados por esse afã de enriquecer?” Mas esse afã é necessário, porque a população precisa de recursos.

E também disse com tanta felicidade o Ministro Krause que essa mesma população, que na sua pobreza, muitas vezes, é vítima da poluição, ela também polui, porque não tem os recursos para não poluir. Essa mesma população é a que tem que ser objeto dos dois movimentos: da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento econômico.

É esse o nosso espírito neste Dia Mundial do Meio Ambiente. Não se trata mais, como no passado, de uma guerra entre os que queriam desenvolvimento e os que queriam preservação. Não. Hoje é uma integração. É preservar para poder desenvolver em benefício da maioria e das gerações futuras.

E eu tenho muita satisfação de lhes dizer e de dizer ao País, por intermédio da imprensa, tão numerosa aqui presente, que, no meu Governo de cinco meses, nós conseguimos dois pactos muito importantes. Um foi o amazônico, em que os governadores dos estados da Amazônia, eles próprios – por iniciativa deles, não minha – me procuraram e vieram dizer que queriam mudar a imagem e, mais do que a imagem, as práticas de relacionamento entre o estado, o Governo e a questão ambiental.

Governadores conscientes sabem que a Amazônia é um patrimônio da humanidade, mas ela é brasileira. Ela é brasileira, e somos nós, brasileiros, que temos que cuidar dessa Amazônia, não no sentido de deixá-la intocada, mas no sentido de que, quando se toque nela, seja sempre pensando qual o efeito do gesto que se vai produzir.

Eles próprios pediram, numa carta que me enviaram, que houvesse uma nova política para a Amazônia, e essa política nova para a Amazônia tem como centro a idéia de que o crescimento tem que ser auto-sustentável, tem que ser um crescimento que perdure para gerações futuras e, portanto, não pode ser destruidor da natureza, porque, ao destruir a natureza, destrói, também, em seguida, o próprio homem.

E o outro acabamos de reproduzir aqui nesta placa, que é o pacto do São Francisco. Esse rio que nasce aqui nesta serra da Canastra, esse rio, para ser preservado, para poder gerar água para beber lá no Nordeste, para poder levar adiante as turbinas da Chesf na Bahia, em Paulo Afonso e, mais adiante, em Xingó, esse rio, para permitir a irrigação tão

desejada em tantas partes do Brasil, ainda agora aqui pedida pelos baianos, esse rio, para poder continuar a ser o Rio da Integração Nacional, tem que ser cuidado é aqui, é nas cabeceiras; é aqui, é no planalto goiano, é no planalto de Minas, porque é aqui – e a água leva duas décadas quando se despeja dos céus do planalto goiano para chegar até o São Francisco, 20 anos, pela terra. Quando se cortam as matas por lá, quando se destrói o cerrado, destrói-se também a água, mesmo sem saber. E aqui, também, se nós não preservarmos, se as matas ciliares não forem cuidadas e se não houver um equilíbrio entre a ocupação da terra para fins produtivos e a preservação desta mesma terra para fins produtivos, mais importantes, talvez, do que aqueles imediatos da produção local, o rio seca.

O rio não há de secar porque, eventualmente, o Nordeste sedento pede um pouquinho de água que atravesse de um lado para o outro entre os nossos estados do Nordeste. O rio é generoso; ele não seca por isso. Mas ele seca se aqui nas cabeceiras nós não cuidarmos dele. Aí, sim, há um risco.

Então, o pacto do São Francisco é um pacto que abrange, realmente, todo o percurso do São Francisco e que vai além: eu disse aqui que o planalto goiano também faz parte desse complexo, porque de tudo e de toda essa região é que brota essa água generosa que depois pode se transformar numa água que não só une o Brasil como dá melhor condição de vida para os brasileiros.

Portanto, não se trata apenas dos projetos tão importantes que estamos firmando aqui.

Quero também me congratular com o Estado de Minas Gerais e com o Governador de Minas Gerais, que tem tanta preocupação com as questões ambientais; e com o Instituto Florestal aqui do Estado de Minas Gerais, que recebe um prêmio merecido. São fatos importantes, mas o importante mesmo é que isso passa a ser parte constitutiva do coração e do cérebro dos brasileiros.

Entendam que meio ambiente é vida e que a vida é o que nós temos que preservar de toda maneira – a nossa, a da natureza, a dos animais, dos organismos em geral e das gerações futuras.

O Brasil deu um exemplo ao mundo. Deu mesmo. Há poucos anos, há poucas décadas, o Governo brasileiro, na I Conferência Mundial do Meio Ambiente, que foi em Estocolmo, teve um comportamento que nos envergonhou. Dizia “bendita poluição”, porque imaginava que a poluição fosse o progresso. E em muito pouco tempo essa atitude mudou, em muito pouco tempo o Governo brasileiro mostrou – e a Conferência do Rio de Janeiro, a Eco-92 é símbolo disso – que o povo brasileiro não aceitava essa concepção selvagem de crescimento econômico.

Queremos, sim, o crescimento econômico, mas respeitando a natureza e olhando as conseqüências dele para a natureza e para a população, sobretudo para a população mais pobre.

Fácil falar e difícilimo de fazer. Mas nós vamos fazer.

Assim como se viu agora, aqui, esses filetes d’água que pouco a pouco dão origem a esse rio tão caudaloso que lá na sua foz vai ter um quilômetro de largura, assim também, com as ações que a sociedade brasileira, com as suas múltiplas organizações, e o Governo Brasileiro, nos seus vários níveis, estadual, federal e municipal pratiquem, pouco a pouco nós vamos mudando a feição das coisas.

Não há de ser obra de uma pessoa. Isso é obra de um país. Este país tomou consciência de si.

Disse o Ministro Krause que, em poucos dias, talvez, nós tenhamos um marco muito significativo de uma virada de página da história. Virar a página não é esquecer o passado. Virar a página não é fazer com que aquilo que foi cravado como uma vitória deste país seja agora considerado como não importante. Não! O tipo de desenvolvimento que nós conseguimos no Brasil é muito importante. O que foi feito sob o modelo, inclusive, do Estado muito atuante no desenvolvimento era condição necessária para o crescimento.

Hoje nós temos que ajustar as questões. Mas não temos que simplesmente esquecer ou dizer que tudo foi feito errado. Não foi, não estava errado. Errado está olhar o futuro simplesmente fincado no passado. É necessário que as pessoas pensem onde é que está o interesse nacional, onde é que está o interesse popular diante das novas condições do mundo. Mas eles existem, o interesse nacional e o interesse popular.

Os votos de reforma que o Brasil está apoiando e que o Congresso nos está dando não são votos irresponsáveis, não são votos de quem quer simplesmente fazer tábua rasa de tudo que aconteceu. Não! São votos de gente que percebe que o desafio agora é outro, talvez mais complexo; e, nesse outro desafio, tanto a preocupação com a Nação quanto a preocupação com o povo têm que continuar sendo a nossa bússola.

Termino dizendo que é para nós uma grande alegria estar aqui ao lado do Manoelão, que é símbolo vivo do São Francisco e do Guimarães Rosa, símbolo vivo de tudo o que nós dissemos. Ele persistiu, perseverou, viu, aprendeu e acabou de me dizer tantas coisas, que ele continua atento, continua sabendo que as coisas mudam, às vezes para pior, às vezes para melhor, mas que a mudança, não se pode impedir que ela exista, mas é preciso controlar para que os seus efeitos sejam sempre positivos.

Essa persistência, essa permanência, essa mesma postura tão digna é a postura dos mineiros, é a postura daqueles que têm a sorte de nascer nestas terras de Minas Gerais, que gera tanta riqueza e, sobretudo, que gera essa água que abençoa o Brasil.

Muito obrigado.